

# CADMO

Revista de História Antiga

Centro de História  
da Universidade de Lisboa

16

Ἰσθμίου Πηληϊάδεω Ἄγαθης  
Μηνὸν Αἰίδα θεᾶ Πηληϊάδεω

Vê-se que foi utilizado com vantagens o *Dicionário do Antigo Egipto*, assim evitando as habituais discrepâncias que se vêem em obras em português traduzidas de originais estrangeiros, com as perturbantes trocas de nomes de reis e de deuses, figuras históricas diversas e topónimos. Mas esse cuidado não evitou algumas anomalias a nível topográfico, como Macedon (é Macedónia), Hieracômpolis (em vez de Hieracômpolis), Saqqara (em lugar de Sakara), e onomástico, como Meritates (em vez de Meritités), Cassender (em vez de Cassandro), além de faltar o *t* no nome Seheteptauí, e o *r* em Meribré. O prenome do rei Mentuhotep I é Nebhepetré e não Nebhetepré, a tradução de Niuserré não é «Possuído pelo poder de Ré», em descabida forma passiva, mas sim «O poder pertence a Ré» (cf. com Nimaetré), entre outras incorrecções na onomástica real. Por outro lado, não é o «Período Tardio» mas sim Época Baixa, termo que está desde há muito consagrado, não se diz «Textos da Pirâmide» mas sim «Textos das Pirâmides», não são os «Textos dos Caixões» mas «Textos dos Sarcófagos»...

Terá faltado nesta versão em português uma revisão científica, embora nem sempre uma revisão científica consiga eliminar erros, como se verificou no luxuoso álbum editado por Regine Schulz e Matthias Seidel que na versão portuguesa recebeu o título de *Egipto, o Mundo dos Faraós* (Könemann, 2001), e que tem demasiadas e perigosas anomalias. Pode dizer-se que, mesmo assim, nesta obra de Peter Clayton, em boa hora produzida pela Editorial Verbo, e que aqui recenseámos, foram evitadas as grosserias que se vêem noutras edições e traduções, tornando este volume um útil instrumento de trabalho para estudantes e público em geral, embora com as cautelas que se enumeraram, sendo desejável que uma segunda edição a possa aprimorar.

**Luís Manuel de Araújo**

**LUZIA SEROMENHO**, *O Povo do Nilo. O Egipto dos Faraós*, Lisboa: Edições Sílabo, 2005, 150 pp., ISBN 972-618-383-9

A Autora desta obra de temática egíptológica, licenciada em História, na variante de Arqueologia, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, é professora do ensino básico e secundário e, de acordo com a breve biografia inserida na contracapa do livro, frequenta actualmente na referida universidade o

mestrado em Arqueologia e História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa. Desviando-se momentaneamente das suas habituais actividades profissionais e académicas, decidiu com entusiasmo e paixão estudar o antigo Egipto, país com uma cultura tão rica que «ainda hoje nos fascina tanto com os seus mistérios», como diz na Introdução (pp. 11-13). Mas o entusiasmo e a paixão, que provavelmente lhe terão sido inculcados nas aulas, não chegam para tratar, de forma científica e objectiva, de uma civilização como a do antigo Egipto.

A obra compõe-se de cinco capítulos, com uma breve introdução e uma conclusão, seguindo-se os anexos e a bibliografia consultada para a redacção deste trabalho. Logo no seu texto introdutório, ao evocar os viajantes do Egipto (incluindo Napoleão), afirma que a famosa Pedra de Roseta foi descoberta «nas areias do deserto», mas não, ela estava escondida entre vários blocos das ruínas de Rachid (Roseta). Depois defende a existência do monoteísmo no tempo de Akhenaton, o que é muito controverso; e quando mais à frente, no sítio apropriado (o reinado de Amen-hotep IV), se esperaria ver o assunto desenvolvido tal não acontece. Só depois, no capítulo dedicado à religião, se conclui, sem justificações plausíveis, que afinal se tratou de «uma proposta monoteísta extremamente revolucionária» (p. 96).

No capítulo 1 a Autora pretende sintetizar «A história», começando pelos condicionalismos geográficos e a importância do Nilo (pp. 17-18), os quais ficariam melhor na introdução que neste capítulo. Em todo o caso, não é correcto dizer que «desde muito cedo» se pode caracterizar o Egipto pela sua divisão em «22 nomos» no Alto Egipto e «20 nomos» no Baixo Egipto, pois tal divisão provincial é relativamente recente (Época Baixa). São apresentadas as várias fases da longa história egípcia, dos primórdios ao «Período Tinita», embora fosse melhor dizer Época Arcaica (pp. 19-24), o Império Antigo e o Primeiro Período Intermédio (pp. 24-29), o Império Médio e o Segundo Período Intermédio (pp. 29-31), o Império Novo e o Terceiro Período Intermédio (pp. 31-36). Como se vê, esta resenha não inclui a Época Baixa e a Época Greco-Romana, com as suas fases do período alexandrino, período ptolemaico e período romano (e no total tudo isto dá um decepcionante vazio de uns oitocentos anos). Várias anomalias se detectam nesta truncada resenha: é a estação de Akhet e não de Aknet (p. 23), os obeliscos não são «templos solares a céu aberto» como se «explica» na p. 26, a V dinastia não foi «o apogeu da civilização egípcia» como estranhamente se afirma na mesma página, o fundador da XII dinastia foi Amenemhat I e não Amenmesés, que é da XIX dinastia (uns oitocentos anos depois!). Aliás, a confusão

onomástica sopesa-se pela presença tanto de nomes à maneira egípcia como à moda grega, de uma forma indiscriminada. Assim, para a XVIII dinastia preferiu-se a forma egípcia de Tutmés, mas em vez de Amen-hotep (nome de vários faraós da época) foi-se para o grego Amenófis (forma cada vez menos usada), além do rei Merenptah aparecer como Menerptah (p. 35). Outro aspecto deveras estranho desta instável síntese é a ausência do reinado de Amen-hotep III, que alguns egiptólogos consideram como o momento alto da civilização egípcia, saltando-se de Amen-hotep II (aqui como «Amenófis II») para Akhenaton. Enfim, é um erro dizer que Tutankhamon abandonou Amarna-Akhetaton e foi para Tebas – sabe-se que a corte do novo monarca se transferiu para Mênfis.

O capítulo 2 apresenta «A pirâmide social», ao qual a Autora dedicou oitenta páginas, o que se compreende, pois tem a ver com o título do seu trabalho. À milenar história do Egito tinha dedicado umas trinta páginas, onde, como vimos, não incluiu a Época Baixa e a Época Greco-Romana, porque, como diz na p. 13, ela é «demasiado longa e complexa para ser tratada por inteiro na presente obra».

O povo egípcio, ou «o Homem do Egito», é apresentado na p. 39, de uma forma perigosamente redutora e demasiado poética, como sendo «caracterizado, durante os seus 3000 anos de história, pela calma e harmonia transmitida pela deusa Maat». Com menos poesia e mais leituras sérias talvez se pudesse concluir que as basilares normas maéticas e a preponderância da deusa Maet não foram uniformes ao longo da história do Egito faraónico. Depois passa-se para o faraó (pp. 39-41), os símbolos faraónicos (pp. 41-43), a cerimónia de coroação e o jubileu real (pp. 43-45). Convinha no entanto lembrar que a deusa tutelar do Norte era Uadjit e não uma tal Nadzir (?!), e importaria ainda esclarecer porque é que o rei egípcio era uma «figura constitucional» (p. 44, nota 1). Continua resumindo as funções do faraó (pp. 45-46), os órgãos auxiliares do faraó (pp. 46-47), e a classe sacerdotal (pp. 48-51), aparecendo aqui o erro habitual de textos deste género redigidos sem o necessário cuidado: chama-se ao sumo sacerdote de Amon «primeiro profeta» (p. 49). Segue-se o funcionalismo público (pp. 51-54), o soldado (pp. 55-57), com a má definição do corpo de carros de guerra ou carriagem como «cavalaria», depois os camponeses e edificadores (pp. 57-61), a mulher e a família (pp. 61-76), embora não se perceba onde foi a Autora buscar a definição de «cidadão» (p. 65), e, por fim, os escravos (pp. 77-78). Note-se a amplidão das páginas dedicadas à mulher (que era chamada «dona de casa», do egípcio *nebet-per*, e não «deusa de casa», como se diz

na p. 63) e à família, onde se aborda o casamento e o estatuto da esposa, a poligamia e os casamentos consanguíneos e entre a família real, o divórcio e viuvez, e a gravidez.

«A economia egípcia e as suas relações com o exterior» é o tema do capítulo 3, com doze páginas, onde se começa por assinalar a importância da terra, o rio e a indústria alimentar (pp. 81-83), prosseguindo com o comércio e a política externa (pp. 83-92), detendo-se sobre o que chama de «episódios de relações com o exterior durante o Império Novo», onde se inclui a expedição a Punt, a política externa de «Amenófis III», Akhenaton e o «descuido das relações internacionais», Ramsés II e a batalha de Kadech, onde se detectam diversas anomalias resultantes da débil bibliografia consultada.

O capítulo 4 versa sobre «A religião» (dezoito páginas), tomando como obra de base o antiquíssimo livro do antropólogo Lewis Spence, que é de... 1915! Usando uma fraca versão portuguesa de 1996, *Guia Ilustrado - A Mitologia Egípcia*, com introdução de James Putnam, a Autora abalançou-se aqui a discorrer acerca de um dos temas mais complexos do Egipto faraónico, a sua religião. Para tal começa com o culto e as suas divindades (pp. 95-96), o hiato no politeísmo (pp. 96-97), o fenómeno da piedade pessoal (pp. 97-99; quanto à piedade pessoal não estão presentes como fonte de consulta egiptólogos consagrados que se debruçaram sobre esta questão como Jan Assmann). As cosmogonias (pp. 99-100) encetam com a cosmogonia de Heliópolis, gizada a partir do Nun (e não do Num, como consta aqui), para se forjar a célebre Enéade (e não «plêiade» como estranhamente se lê, aparecendo Tufnut e Shu em vez de Tefnut e Chu), depois as cosmogonias de Mênfis e de Hermópolis. Segue-se a criação do homem (p. 101), o mito de Osíris e a concepção da morte (pp. 102-103), onde se confunde o *ka* com o *ba*, que são entidades míticas e antropológicas diferentes (nota 4), o ritual da mumificação (pp. 104-106), o cortejo fúnebre (pp. 107-110), os tipos de túmulos (pp. 110-111) e os salteadores de túmulos (pp. 111-112). Neste capítulo dedicado à religião, onde à força se amalgamou um pouco de tudo, como se vê pelos temas tratados, surge a Duat na forma masculina quando a palavra é feminina – além disso a Duat não era de modo nenhum para os antigos Egípcios como o Inferno é para os cristãos (p. 109, nota 4)! Conviria, entretanto, saber que as estatuetas funerárias conhecidas pelo nome de chauabtis (que remetem para a madeira de *chauab*) não significam «os que respondem», estes são os uchebtis (de *ucheb*, responder), surgidos no Terceiro Período Intermediário. Ainda sobre as estatuetas funerárias diz-nos a Autora que elas

eram colocadas nas sepulturas reais, «mas a partir do Império Novo e da democratização da eternidade surgiram igualmente nos sepulcros particulares» (p. 109). Não é verdade, foi exactamente ao contrário: os chauabtis começaram a ser usados por particulares e só mais tarde é que os reis do Império Novo os incluíram nos seus espólios funerários.

O capítulo 5 evoca «A arte e a arquitectura», um estranho título de forçada separação entre arte e arquitectura. As doze páginas deste capítulo abrem com um texto introdutório sobre a arte (pp. 115-117), seguindo-se o baixo-relevo e a pintura (pp. 117-118) e a estatuária (pp. 118-119), onde nada se diz sobre os dois aspectos fundamentais que estão na base da arte figurativa, a aspectividade e a frontalidade. Um tanto fora do sítio aparece «a unidade entre a escrita e a arte» (pp. 119-121), onde insolitamente se incluiu a língua e a escrita, ou melhor, as escritas, porque se fala da escrita hieroglífica, da hierática e da demótica (a qual não surgiu no Império Novo, como erradamente se afirma na p. 120, ela é da Época Baixa). Depois retoma-se o tema com as grandes obras arquitectónicas do Egipto faraónico, ou melhor, as pirâmides, porque quanto aos grandes templos de Karnak, Lucsor, Abido, Edfu, entre outros, nada consta. Também não foram incluídos na arquitectura conhecidos monumentos como os templos de Deir el-Bahari e de Medinet Habu, ou os templos rupestres de Abu Simbel feitos por ordem de Ramsés II, apresentado na p. 135 como «Imperador das Ásias» (?!).

Segue-se a Conclusão (pp. 127-128), onde se pode ler o estulto equívoco de o defunto partir para a outra vida «sentando-se ao lado de Osiris» (?!). A concluir, ficam os leitores perturbados por mais duas afirmações imprudentes: não é feliz a classificação do Egipto como «uma terra de artistas, comerciantes (?), matemáticos (?) e sábios», numa abusiva generalização, e é erróneo dizer que os Egípcios inventaram «um alfabeto».

A obra remata com um anexo que inclui os «faraós de destaque» (pp. 129-136), com uma atabalhoada organização, onde não constam os grandes reis do Império Médio (então e Amenemhat I, Senuseret III ou Amenemhat III?), dedicando-se 56 linhas a Hatchepsut, 46 a Tutankhamon e apenas 7 (!?) a Tutmés III. E os leitores interessados bem podem procurar na lista os nomes de importantes monarcas como Seneferu (IV dinastia), Amen-hotep III (XVIII dinastia) ou Seti I (XIX dinastia) que não os encontram lá! Prossegue com um glossário de deuses egípcios (pp. 136-140), onde não faltam Anúbis com «cabeça de chacal» (?), Ptah «com suíças» (?) e Set com cabe-

ça de «um animal semelhante ao camelo» (?!!!), acrescentando-se ainda «A lenda de Osíris» (pp. 141-143).

Uma tabela cronológica (pp. 144-145) e mapas (pp. 146-147), onde se detectam algumas anomalias, rematam a matéria exposta numa obra onde constam três ilustrações (qual delas a pior). É particularmente de lamentar a ilustração da p. 102, reproduzindo de forma desastrada uma imagem da cena da psicostasia do «Livro dos Mortos», e a da p. 122, pretendendo mostrar a construção das pirâmides, é de muito mau gosto.

A bibliografia utilizada para a feitura deste livro insere-se nas pp. 149-150, e, ao olhar para os títulos, só se pode concluir que ela é pobre e decepcionante. De resto, a obra é parca em citações, revelando um diminuto exercício de consultas – e o estilo das várias afirmações que faz, umas controversas, outras insólitas, quando não mesmo aberrantes, implicaria a remissão do leitor para textos de abalizados autores. Salvo melhor opinião, mais valia ter produzido um texto sem notas de rodapé.

Para a elaboração de um trabalho deste tipo seria recomendável, para além do uso de monografias de egiptólogos de mérito (ausentes desta lista), a consulta de artigos de especialistas em matérias diversas. De facto são enumerados nove artigos, mas oito deles foram respigados apenas de um periódico, a *National Geographic*. Detecta-se, por outro lado, a presença de trabalhos menores que não seria de esperar ver mencionados devido à sua baixa qualidade: um livrinho, pejado de anomalias, editado pelo *Jornal de Notícias* (2003) sobre a batalha de Kadech, inserido em *Grandes Batalhas da História Universal*, e a versão de Maria Helena Trindade Lopes sobre *O Livro dos Mortos do Antigo Egipto*, da Assírio e Alvim (1991), com crassos e grosseiros erros de tradução e de interpretação, que podia ser substituído com grande proveito pela versão em francês de Paul Barguet, *Le Livre des Morts des Anciens Égyptiens* (Paris: Les Éditions du Cerf, 1968), ou em inglês de Thomas Allen, *The Book of the Dead* (Chicago: The University of Chicago Press, 1974), entre outras. Para a arte, quando seria de esperar ver os nomes de Heinrich Schäffer, Cyril Aldred, Claire Lalouette ou Jaromír Málek, por exemplo, verifica-se que a Autora se apoiou numa insuficiente *História da Arte* dirigida por Augusto Soveral (?).

A verdade é que a Bibliografia apresentada no final menciona o *Dicionário do Antigo Egipto*, que julgamos ser uma obra fundamental para quem em Portugal queira estudar o antigo Egipto. No entanto, ao longo deste livro de Luzia Seromenho não se detecta nenhum sinal

de que este Dicionário tenha sido consultado, nem ao nível da religião (onde os sucintos artigos de José Nunes Carreira e José das Candeias Sales forneceriam bons dados) nem quanto aos contactos com o exterior, quer em relação à Núbia quer em relação à Síria-Palestina (e aqui os artigos de José Augusto Ramos seriam muito úteis), nem ao nível da arte, economia, política, literatura (que nem sequer consta nesta obra) e outros aspectos.

A conclusão a que se chega é que todo este livro foi, praticamente, elaborado a partir somente da consulta de quatro (!!!) obras da preferência da Autora (às quais terá eventualmente juntado os seus breves apontamentos das aulas que teve na Universidade que frequentou), utilizando o manual de António Augusto Tavares, *Civilizações Pré-Clássicas* (1995), muito útil mas que não chega para um trabalho deste género; a versão portuguesa de *O Homem Egípcio*, dirigida por Sergio Donadoni (1994), prestigiado egiptólogo, cujo nome no entanto não aparece na bibliografia; uma outra versão portuguesa, com desastrada tradução, de um volume de Pierre Lévêque, *As Primeiras Civilizações* (ele é apenas o director, e de resto é um hele-nista – o autor do texto dedicado ao antigo Egipto é Jean Vercoutter, o qual não aparece aqui mencionado) e ainda o egiptólogo-romancista Christian Jacq. Com esta escassa e minguada bibliografia não se poderá, naturalmente, publicar uma boa obra sobre os três mil anos de história e de vivência do povo que habitou há muitos séculos no antigo Egipto.

**Luís Manuel de Araújo**

**EDDA BRESCIANI**, *L'Égypte du rêve: Rêves, rêveurs et interprètes au temps des pharaons*, tradução do original italiano para francês por Juliette Blamont, Paris, Payot, 2006, 204 páginas, com ilustrações a p/b., I.S.B.N. 2-228-90105-9.

A autora, Edda Bresciani, uma das mais conhecidas egiptólogas italianas (com vasta bibliografia publicada), docente na Universidade de Pisa, além de filóloga, historiadora e arqueóloga, preside ao comité científico da Fundação do Museo Egizio de Turim e dirige, também, a missão arqueológica Ateneo Pisano no Egipto.

No livro em foco, publicado em Itália no ano de 2005 com o título *La Porta dei Sogni*, a Autora aborda uma temática invulgar e complexa, servindo-se dos conhecimentos actuais de carácter psica-